

PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: DADOS DO CENSO ESCOLAR

TEACHERS WITH DISABILITIES IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE: SCHOOL CENSUS DATA

PROFESORES CON DISCAPACIDAD EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE: DATOS DEL CENSO ESCOLAR

Linda Carter Souza da Silva¹, Luzia Guacira dos Santos Silva²

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4392

Recibido: 29/01/2026 | Aceptado: 02/02/2026 | Publicación en línea: 09/02/2026.

RESUMO

O presente artigo é um recorte da tese de doutorado, intitulada: Formação e atuação profissional de professores com deficiência visual da rede estadual do Rio Grande do Norte, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio do estudo de caso. Tem, portanto, como objetivo: apresentar dados quantitativos desses profissionais na referida rede de ensino e provocar a discussão em torno da temática da docência por pessoas com deficiência, buscando responder uma das questões da pesquisa: quantos são, onde estão lotados, quantos em exercício da função docente? Para tanto, trazemos dados coletados por meio do Censo Escolar, considerando o recorte temporal: 2019-2023. Os resultados indicam o crescimento de professores com deficiência na rede de ensino supracitada, porém ainda irrisório em relação ao total geral, em todo o estado. Todos lotados em escolas comuns e ou instituição especializada e, em sua maioria, exercendo a docência. Considera-se que mais pessoas com deficiência devem ser estimuladas para o exercício da docência, contudo para o fortalecimento da permanência, com qualidade, desses profissionais nas escolas são necessários processos formativos que atendam às particularidades de acesso ao conhecimento, em especial daqueles com deficiência visual; que os processos de inclusão e a acessibilidade em todas as suas dimensões sejam uma realidade concreta para esses e demais professores.

Palavras-chave: Professores com Deficiência. Censo Escolar. Rede Estadual de Ensino do RN. Inclusão.

ABSTRACT

This article is an excerpt from a doctoral thesis entitled: "Training and Professional Performance of Teachers with Visual Impairments in the State School System of Rio Grande do Norte," a qualitative study developed through a case study. Its objective is therefore to present quantitative data on these professionals in the aforementioned school system and to stimulate discussion

¹ Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: lindacarterlinda55@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3579-6259>

² Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: agostoluzsilva@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8180-119X>

around the theme of teaching practiced by them, seeking to answer one of the research questions: how many are there, where are they located, and how many are actively teaching? To this end, we present data collected through the School Census, considering the time frame: 2019-2023. The results indicate an increase in teachers with disabilities in the aforementioned school system, although still negligible in relation to the overall total throughout the state. All are located in mainstream schools or specialized institutions and, for the most part, are actively teaching. It is considered that more people with disabilities should be encouraged to pursue teaching careers; however, to strengthen the retention of these professionals in schools with quality, training processes are needed that address the specific needs of access to knowledge, especially for those with visual impairments; and that inclusion and accessibility processes in all their dimensions become a concrete reality for these and other teachers.

Keywords: Teachers with Disabilities. School Census. State Education Network. Inclusion.

RESUMEN

Este artículo es un extracto de una tesis doctoral titulada: «Formación y desempeño profesional de docentes con discapacidad visual en el sistema escolar estatal de Rio Grande do Norte», un estudio cualitativo desarrollado mediante un estudio de caso. Su objetivo es presentar datos cuantitativos sobre estos profesionales en el sistema escolar mencionado y fomentar el debate en torno a la práctica docente, buscando responder a una de las preguntas de investigación: ¿cuántos hay, dónde se ubican y cuántos se dedican activamente a la docencia? Para ello, se presentan datos recopilados a través del Censo Escolar, considerando el periodo 2019-2023. Los resultados indican un aumento en el número de docentes con discapacidad en el sistema escolar mencionado, si bien aún es insignificante en relación con el total estatal. Todos se ubican en escuelas regulares o instituciones especializadas y, en su mayoría, se dedican activamente a la docencia. Se considera que se debe incentivar a más personas con discapacidad a seguir carreras docentes; sin embargo, para fortalecer la retención de estos profesionales en escuelas de calidad, se necesitan procesos de formación que aborden las necesidades específicas de acceso al conocimiento, especialmente para quienes tienen discapacidad visual. y que los procesos de inclusión y accesibilidad, en todas sus dimensiones, se conviertan en una realidad concreta para estos y otros docentes.

Palabras clave: Docentes con Discapacidad. Censo Escolar. Red Educativa Estatal de Rio Grande do Norte. Inclusión.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) tem apresentado no decorrer dos anos um aumento tímido no que diz respeito ao quantitativo de professores com deficiência em suas redes de ensino.

O fato é passível de investigação visto que, de acordo com dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Estado do RN ocupa a quinta posição referente a taxa de pessoas com deficiência entre Estados no Brasil.

Dito isto, o trabalho aqui apresentado tem por objetivo principal explicitar dados do censo escolar (2023, 2024) que fundamentam o lugar de professores com deficiência nas redes de ensino do Rio Grande do Norte. Sobretudo, almejamos dar visibilidade as pessoas com deficiência considerando a docência e as nuances que a constituem.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Rio Grande do Norte, os dados coletados no Censo Escolar (2023), apontam que a rede estadual de ensino conta com 8.367 professores na Educação Básica. Desses, 4.451 do sexo feminino e 3.916 do sexo masculino. Com um recorte mais preciso, desse total, apenas noventa (90 - 1,1%) professores com deficiência.

Em 2024, o RN tinha em seu quadro da educação básica, 35.687 professores. Destes, 203 declarados com deficiência, como anteriormente citado. Em termos percentuais 0,57%, de acordo com o Censo Escolar (2024). Destacamos tal dado como um percentual irrisório diante de um quantitativo de 35.687 professores da educação básica, em todo o estado do Rio Grande do Norte (Censo Escolar, 2024), e 8.389 professores na rede estadual de ensino.

O Resultado do Censo Escolar nos dois anos (2023 e 2024), nos induz ao questionamento: *A quem (não) interessa o exercício da docência de pessoas com deficiência na rede estadual de ensino?* Destacamos tal dado como um percentual irrisório diante de um quantitativo de 35.687 professores da educação básica em todo o estado do Rio Grande do Norte (Censo Escolar, 2024), e 8.389 professores na rede estadual de ensino.

Um arcabouço de cunho legislativo garante, aos estados brasileiros, um percentual de vagas destinadas aos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência. Dentre a legislação vigente, citamos a: Constituição Federal (1988); a Lei Nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Cotas), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências; o Decreto Nº 9.508 de 24 de setembro de 2018, que trata da Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no

âmbito da administração pública federal direta e indireta.

A mais recente Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), traz em seu bojo no Capítulo VI - Do Direito ao Trabalho, três sessões que discorrem a respeito das: *Disposições gerais, Da Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional e Da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho*.

Em 2009, Oliveira, Goulart Júnior e Fernandez sinalizavam que naquela época, mesmo com amparo legal existente, ainda permaneciam algumas dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência ao ingressarem no mercado de trabalho, dentre as quais, se destacavam “[...] o uso inadequado dos recursos disponíveis para desenvolver programas de emprego, elaboração de avaliações através de critérios inadequados e espaços físico e logístico do ambiente de trabalho organizados de maneira excludente. (Oliveira, et al., 2009, p. 221).

Tais dificuldades apontadas pelos autores, parecem permanentes nos dias atuais, apontando para a necessidade de uma política pública que possa garantir além do acesso, condições de permanências e de sucesso nos espaços públicos, sejam eles de formação inicial (o que antecede à empregabilidade), ou de atuação (o que legitima à empregabilidade) profissional em qualquer espaço público ou privado, conforme previsto e garantido na legislação brasileira.

É sabido que o principal mecanismo de inserção laboral das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados pela Previdência Social ainda é a determinação legal contida no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que empresas de qualquer natureza com 100 ou mais empregados preencham de 2% a 5% dos seus postos de trabalho com Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social.

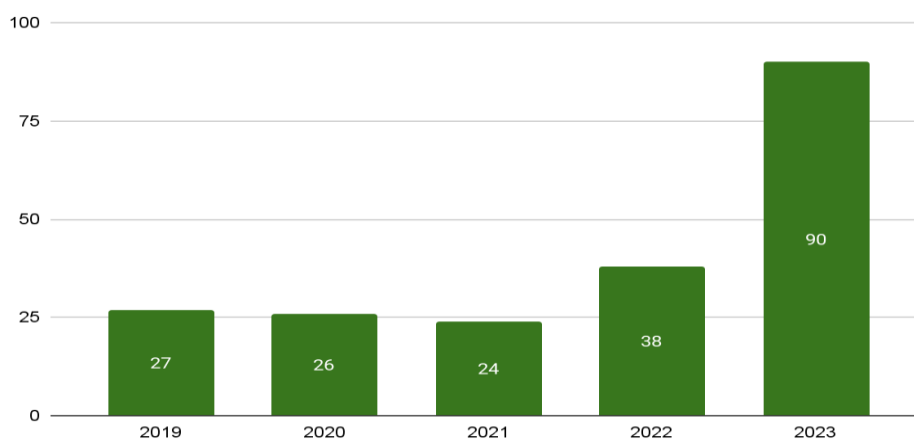
Como citado no Portal do Ministério do Trabalho e Emprego em 2024,

Nos últimos anos, a inspeção do trabalho assumiu, a par da imposição do cumprimento legal das cotas, um papel mais amplo no fomento à empregabilidade das pessoas com deficiência, como a negociação e sensibilização dos empregadores. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024)

Contudo, o próprio Ministério reconhece que muito embora a legislação seja do início da década de 90, até hoje não é cumprida espontaneamente por todas as empresas requerendo uma fiscalização mais sistemática e especializada para que ocorra contratação, permanência, ou ascensão profissional de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados no mercado de trabalho.

É fato também que, o acesso a empregabilidade através do concurso público tem sido garantido, porém, o fio condutor da reflexão se assenta nas condições de formação profissional para atuação e permanência dos profissionais com deficiência nos espaços públicos. Apesar disso, é possível perceber a evolução no número de professores com deficiência na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte entre os anos de 2019 a 2023, isto, devido aos processos seletivos que ocorreram no período. Vejamos o gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1. Evolução do número de docentes com deficiência na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte (2019-2023)



Fonte: Censo Escolar/2023

Descrição da imagem: Gráfico em colunas na cor verde. Ele representa a evolução do número de docentes com deficiência, conforme recorte do tempo entre os anos de 2019 a 2023.

Os dados revelam que a presença de professores com deficiência na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte teve evolução e involuções uma vez que em 2019 havia um total de 27 professores nessa condição, caindo para 26 em 2020 e 24 em 2021. No ano de 2022, esse número evolui para 38 e, em 2023 subiu para 90 professores. Este resultado aponta para a necessidade da gestão da rede de ensino refletir acerca de políticas educacionais que contemplem não só o acesso, mas a permanência desses profissionais nas escolas na função para qual foram concursados, requerendo portanto, avaliação sistemática pós ingresso desses profissionais no sistema de ensino, quanto à realização de suas funções laborais, à acessibilidade aos espaços e a recursos didáticos acessíveis, à formação continuada e a tudo o mais que promova a sua permanência e sucesso profissional.

Entendemos que para além da garantia de empregabilidade, a presença desses profissionais oportuniza pensar e executar uma escola em que a diversidade se concretiza em todas as esferas, tornando-se salutar na formação humana e social da comunidade escolar. Para os estudantes com

ou sem deficiência a importância de aprenderem com um/a professor/a com algum tipo de deficiência implica na construção de um olhar a partir da ótica das diferenças e, sinaliza para a consolidação da alteridade, enquanto, posicionamento ético e político frente às desigualdades. Comungamos com Silva; Silva(2021) quando afirmam:

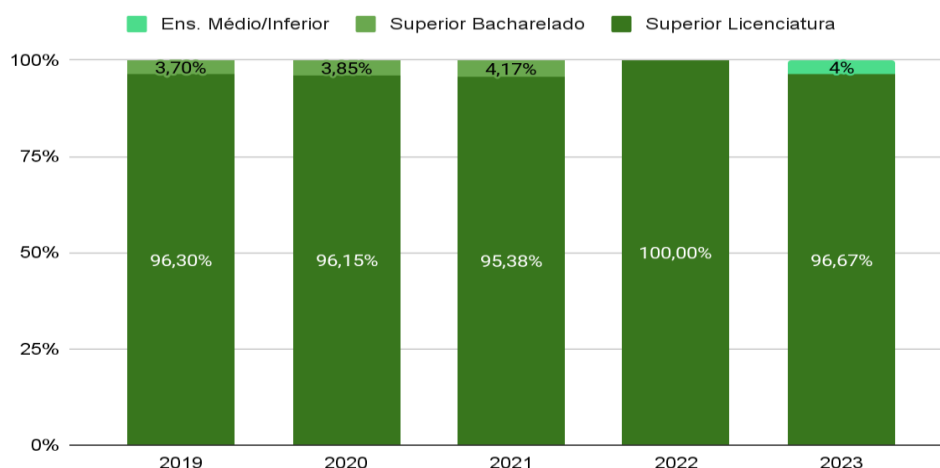
Acreditamos que ser professor ou professora com deficiência [...] é, também, vivenciar cotidianamente os desafios inerentes ao processo de inclusão numa via de mão dupla, ou seja, buscando, em diferentes dimensões, ser incluído e ser inclusivo. Logo, não se pode pensar, discutir e construir inclusão social e educacional sem considerá-los como agentes mediadores desse processo, pois a formação de uma mentalidade inclusiva parte, sobretudo, de ações dialógicas, da escuta atenta de cada um (a) e de todos (as). (Silva;Silva, 2021, p. 14)

Nessa arena, incluir e ser incluído requer um movimento coletivo de reconhecimento das particularidades, condições estruturais e metodológicas para que o exercício da docência seja uma realidade. E, ainda, formação inicial e continuada que necessariamente prepare os professores e professoras em um processo de inclusão contínuo, reflexivo e de empoderamento de si e do outro.

Podemos inferir que o crescimento do número de docentes da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte ao longo dos últimos anos, não se traduz na inclusão desses profissionais. A realização do trabalho pedagógico por esses profissionais requer uma escola das diferenças, em que as particularidades cognitivas, sensoriais e/ou físicas sejam consideradas desde a organização arquitetônica, passando pela comunicacional e metodológica e, principalmente, pela atitudinal. A falta desses elementos reforça uma escola seletiva e excludente.

Outro ponto, fundamental nessa discussão, faz referência a evolução da escolaridade desses docentes com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades ou Superdotação. Vejamos o gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2. Evolução da escolaridade (%) dos docentes com deficiência da rede estadual de ensino (2019-2023)



Fonte: Censo Escolar/2023

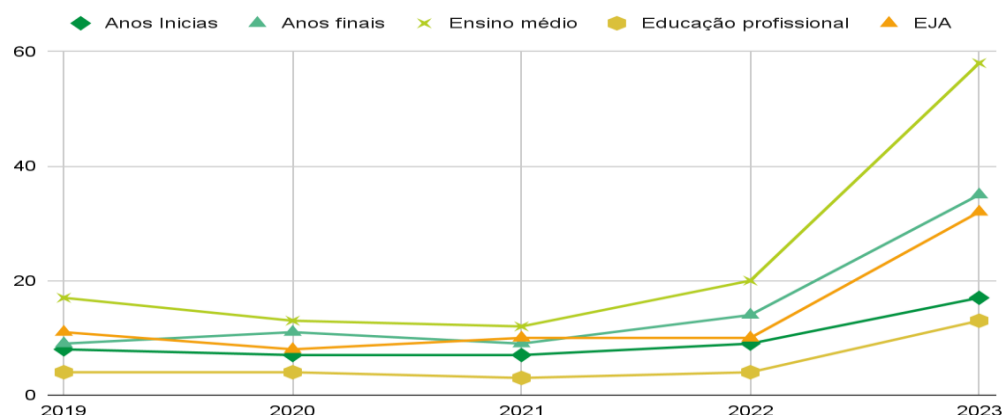
Descrição da imagem: Gráfico em colunas em diferentes tonalidades da cor verde. Ele representa a evolução da escolaridade dos docentes com deficiência entre os anos de 2019 a 2023. A tonalidade verde escura, representa: Superior licenciatura, a tonalidade verde média: Superior bacharelado e a tonalidade verde claro: Ensino médio.

Analisando o gráfico 2, é possível perceber as variações ao longo dos anos, essa oscilação pode acontecer pelo fato da rigorosidade, ou não, na coleta dos dados realizada pelas escolas junto ao corpo docente, além da fragilidade e tentativas de sistematização desses dados. Outro ponto, pode se assentar no processo de autoaceitação e autodeclaração sobre a condição de deficiência por parte de alguns professores. Em consonância com Silva et. al., (2014) a autoaceitação é:

um aspecto psicossocial ao qual o indivíduo busca a superação de suas dificuldades por meio de adaptações e aceitação de sua deficiência, não as negando, mas as reconhecendo e buscando formas de superá-las e assim conquistar independência, alta autoestima, autoconfiança e senso de autoimagem e autoconceito elevados. (SILVA et al., 2014, p.18)

No que diz respeito à escolaridade é possível inferir que os cursos superiores no campo das licenciaturas têm crescido de forma significativa e reafirmado o lugar de formação central desses profissionais. Ratificando assim, uma formação sólida para a atuação na docência. Dessa forma, acreditamos que este seja o primeiro passo para um percurso que coloca as peculiaridades próprias da condição de deficiência, enquanto parte da constituição humana, reconhecendo-as e aceitando-as como lugar inerente às diferenças. Ainda, é passível de discussão, analisar a evolução desse quantitativo de docentes sob a ótica das etapas de ensino (Gráfico 3):

Gráfico 3. Evolução do número de docentes com deficiência por etapa de ensino na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte (2019-2023)



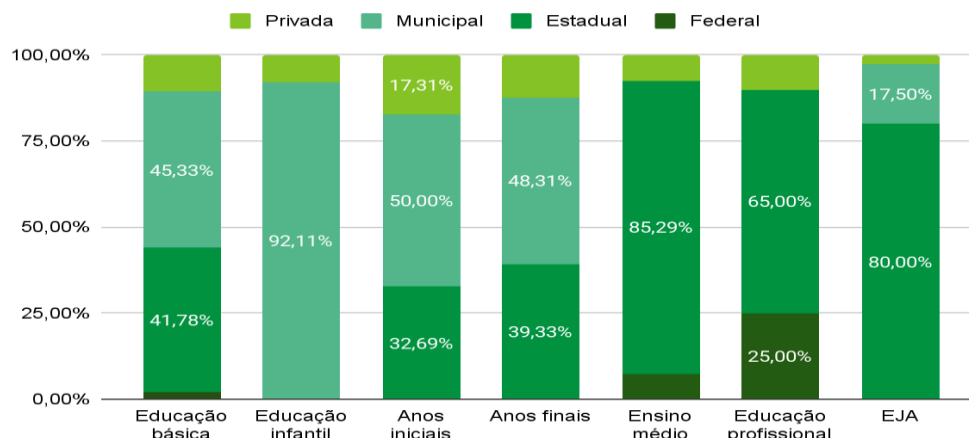
Fonte: Censo Escolar/2023

Descrição da imagem: Gráfico em linhas em diferentes tonalidades das cores verde e laranja. Ele representa a evolução do número dos docentes com deficiência por etapa de ensino conforme recorte temporal entre os anos de 2019 a 2023. As etapas representadas são os anos iniciais, anos finais, ensino médio, educação profissional e EJA.

Conforme o gráfico 3 apresentado, a etapa com maior evolução de docentes com deficiência, utilizando o comparativo dos anos, se apresenta no Ensino Médio, seguida dos Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A evolução do quantitativo desses profissionais nessas etapas se sobressai em relação às demais. Há elementos que necessitam de aprofundamento no campo investigativo. Porém, podemos destacar o fato do Ensino Médio ser constituído por um perfil de estudantes que, apresentam de forma geral, maior autonomia no desenvolvimento de suas atividades escolares. A autonomia dos estudantes contribui de forma significativa na dinâmica e organização da sala de aula dos professores com deficiência que atuam nas escolas. Ser docente com deficiência, não deve ser exceção. É preciso que o acesso a esse lugar seja garantido, mas, sobretudo, que as condições de permanência e de êxito no exercício da docência sejam uma realidade.

Por fim, apresentamos abaixo a imagem de um gráfico 5, em barras, que revela o percentual de docentes com deficiência por redes e etapas de ensino:

Gráfico 4. Percentual de docentes com deficiência por redes e etapas de ensino no Rio Grande do Norte (2019-2023)



Fonte: Censo Escolar/2023

Descrição da imagem: print de tela de computador mostrando um gráfico em barras verticais em diferentes tonalidades da cor verde. Ele representa o percentual de docentes com deficiência por redes e etapas de ensino no Rio Grande do Norte conforme recorte temporal entre os anos de 2019 a 2023. As etapas representadas são a educação básica, educação infantil, anos iniciais, anos finais, ensino médio, educação profissional e Educação de Jovens e Adultos. Ao final, na horizontal, representado por diferentes tonalidades de verde, as redes de ensino federal, estadual, municipal e privada.

Ao nos debruçarmos sobre o gráfico 4, podemos ratificar que o maior percentual de docentes com deficiência da rede estadual de ensino se encontra no Ensino Médio (85,29%), assim como apontado sobre a evolução do número de docentes. Porém, diferente do dado que aponta a evolução nos Anos Finais, hoje, o segundo maior percentual de docentes com deficiência da rede estadual de ensino do RN se encontra na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Dados que merecem, um levantamento, mais específico acerca da escolha/encaminhamento desses docentes para a EJA, a interlocução com os estudantes, os avanços e as limitações por parte dos docentes, entre outros fatores imprescindíveis.

METODOLOGIA

A pesquisa da qual se origina esse texto, em sua essência, é de abordagem qualitativa e está ancorada no método do Estudo de Caso, por acreditarmos que nos permite entender as particularidades e complexidade de uma situação específica, com vistas a compreendê-la em circunstâncias importantes (STAKE, 2010), como é o caso do exercício da docência por professores com deficiência.

Os dados secundários apresentados foram coletados no Censo Escolar, com o recorte temporal dos anos de 2019 a 2023. Nossa intenção foi responder: Quantos são e onde atuam? E

traçar um perfil desses profissionais, buscando por compreender os diversos lugares que ocupam na referida rede de ensino.

A escolha desse recorte se deu pela necessária ampliação da discussão em torno do tema da docência por professores com deficiência, uma vez que a partir de 2019, o Censo Escolar engloba não apenas docentes com deficiência, mas também, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação. A análise se concentra na interpretação desses dados na busca por entendermos, de forma objetiva, a realidade desses profissionais no estado do Rio Grande do Norte, identificando características, tendências e relações entre variáveis existentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento aqui realizado através dos dados do Censo Escolar, apontam para a ampliação, ao longo dos anos, da docência realizada por pessoas com deficiência, ainda que de forma incipiente. Contudo, não há registro de quantificação quanto à condição de deficiência de tais pessoas. Nas entrelinhas, os dados do levantamento indicam a necessidade de ressignificar o lugar da docência no imaginário social. Ser docente com deficiência não é sinônimo de incapacidade, limitação ou restrição. O leque de possibilidades para a construção de uma escola inclusiva se amplifica, também, quando um(a) profissional docente com deficiência é protagonista.

CONCLUSÃO

A docência por pessoas com deficiência ainda é um lugar de atuação com um número restrito de profissionais. Sob os auspícios de uma proposta de inclusão social e educacional que ainda apresenta fragilidades em sua concretização, pessoas com deficiência lutam diariamente por oportunidade nos diversos campos de atuação profissional.

O artigo em questão apresenta dados do censo escolar compreendendo o recorte temporal 2019-2023, a fim de traçar um perfil desses profissionais, buscando por compreender os diversos lugares que ocupam na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

Tal proposição parte da premissa de uma escola em que estudantes e professores com deficiência são público da Educação Especial e, portanto, necessitam de acessibilidade, participação e inclusão garantidos.

Em 2023, apenas 90 professores se declaram pessoas com deficiência. No ano de 2024, foram 203 professores. Ainda que tenhamos um crescimento exponencial nesse quantitativo, ressaltamos que, diante do número expressivo da rede supracitada, ainda é insuficiente. O que limita o fortalecimento da representatividade da categoria docente. Em relação aos aspectos de formação inicial e continuada, o protagonismo dos investimentos em Cursos Superiores reverbera, também, na formação desses profissionais, o que os qualifica para o mercado de trabalho.

Ainda, foi possível identificar que esses profissionais, em sua grande maioria atuam no Ensino Médio. Como citado anteriormente, acreditamos que, a autonomia de grande dos estudantes, como também, o fato do público da rede transitar, preponderantemente, entre o Ensino Médio e, mais especificamente com percentual significativo identificados na Educação Profissional e EJA são pontos consideráveis na análise, pois, revela, os campos e atuação em crescimento na rede estadual de ensino.

Por isso, considerar os dados analisados nos permite ter um panorama do cenário atual, no que diz respeito a formação e atuação de professores com deficiência, isto de acordo com o Censo Escolar. Assim, compreendemos que os investimentos dos últimos anos em formação docente tem sido um caminho de acesso às pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, ainda que, insuficiente para a dimensão da rede. Também, que seus campos de atuação são diversificados, atendem as demandas da rede, mas também, permite-os trabalhar com um perfil de alunos que tenham autonomia, pelo menos, em sua grande maioria.

Sendo assim, acreditamos que, a urgência do tema se materializa em dados que apontam escassez de pessoas com deficiência, enquanto protagonistas nos espaços de trabalho formal e informal. O compilado de dados apresentados, também, traduzem o lugar dos professores com deficiência na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 Nov 2025.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 05 Nov 2025.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da

Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 nov 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9508.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

OLIVEIRA, M. A. de. GOULART JÚNIOR, E. FERNANDEZ, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos estados unidos, união europeia e brasil. Relato de Pesquisa. **Rev. bras. educ. espec.** 15 (2) • Ago 2009 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382009000200004> . Acesso em: 10 jan. 2026

SILVA, J C G; SIMIONI, S. ZEPPONE, R. M. O. ALMEIDA, M. A. Deficiência e Autoaceitação. In: **Anais**. Congresso Brasileiro de Educação Especial. Campinas: Galoa, 2014. v. 1. p. 885.

SILVA, L. C. S. da.; SILVA, L. G. S. da. Professores (as) com deficiência visual na prática docente: O que revelam as pesquisas? *Revista Benjamim Constant*. V. 27 n. 63 (2021): Temas contemporâneos para a acessibilidade da criança com deficiência visual.

STAKE, R. E. Investigación con estudio de casos. 5. ed. Ediciones Morata, S. L. Madrid, 2010.